

Avaliação de Projetos – Fundo Amazônia
Projeto “Sementes do Portal”

*Caroline Gonçalves**

Resumo

O projeto “Sementes do Portal” iniciou-se como uma proposta submetida ao “Fundo Amazônia” – fundo de recursos gerido pelo BNDES – pelo Instituto Ouro Verde, instituição proponente do projeto. O projeto abrange principalmente o município de Alta Floresta, onde se localiza o Instituto Ouro Verde, e outros seis municípios que compõem a região conhecida como Portal da Amazônia, no extremo norte de Mato Grosso: Apiacás, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá. Seus beneficiários compõem-se por agricultores familiares e comunidade indígena Terena do estado do Mato Grosso. O município de Alta Floresta foi incluído em 2008 na lista de municípios prioritários para ações de prevenção e controle do Ministério do Meio Ambiente. O fato se deve ao avanço do desmatamento e da pecuária na região, uso inadequado da terra e abandono das áreas.

O objetivo geral do projeto Sementes do Portal é a criação de um sistema participativo de apoio à recuperação ambiental no Portal da Amazônia, criando uma estrutura em rede que permita a implantação de sistemas agroflorestais nas comunidades rurais, envolvendo a recuperação de 1.200 hectares de áreas degradadas em seis municípios. Verificou-se através deste estudo que a prévia definição de indicadores realizado pelo Instituto Ouro Verde torna possível o estabelecimento de métricas e é um ponto de destaque. Os indicadores englobam as quatro dimensões da sustentabilidade: ambiental, econômica, social e institucional (ou governança) e fornecem relatórios periódicos que demonstram os resultados obtidos pelo projeto. Há transparência na divulgação dos resultados do projeto. Percebeu-se ainda que o projeto envolve ações que pertencem à cultura local da comunidade, além de promover a educação para que as ações sustentáveis possam ser levadas adiante pela comunidade. Acredita-se que a seleção de projetos para recebimento de recursos deste Fundo deva seguir estes pontos, além de buscar a originalidade dos projetos e buscar aqueles que se proponham a dar soluções concretas para os problemas e replicáveis para outros municípios e regiões. Os desafios da Amazônia são desafios de grandes escalas.

* Doutoranda em Administração – FEA/USP

Abstract

The “Sementes do Portal” project began as a proposal submitted by the Instituto Ouro Verde, a Brazilian institution, to the “Fundo Amazônia” (Amazon Fund), fund managed by the BNDES. The project mainly covers the municipality of Alta Floresta, where is the Ouro Verde Institute, and other six counties that make up the region known as the Amazon Portal, in the extreme north of Mato Grosso: Apiacás, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá. Beneficiaries consist of family farmers and Terena indigenous community of the state of Mato Grosso. The municipality of Alta Floresta, in 2008, was included in the list of priority municipalities for prevention and control actions of the Brazilian Ministry of Environment. The fact is due to the advance of deforestation and livestock in the region, inappropriate land use and abandonment of areas.

The project's overall objective is the creation of a participatory system to support environmental restoration in the Amazon Portal, creating a network structure that allows the implementation of agroforestry systems in rural communities, involving the recovery of 1,200 hectares of these counties. It was found through this study that the previous definition of indicators conducted by the Ouro Verde makes possible the establishment of metrics and is a highlight point by the researcher. The indicators cover the four dimensions of sustainability: environmental, economic, social and institutional (or governance) and provide periodic reports that show the results of the project. There is high transparency in dissemination of project results. It was also noticed that the project involves actions that belong to the local culture of the community, and also promote education for sustainable actions that can be taken forward by the community. It is believed that the selection of projects to receive funds from this Amazon Fund should follow these points, in addition to seeking the originality of the designs and seek those who intend to give concrete solutions to the problems and those that can be replicable to other cities and regions. The challenges of Amazon are large scales challenges.

1. Introdução

A região da Amazônia tem atraído a atenção de organismos nacionais e internacionais que demonstram preocupação, em especial, com as mudanças das condições climáticas globais, o desmatamento e a preservação da biodiversidade. Projetos de promoção da sustentabilidade se espalham em municípios dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País. Com a finalidade de voltar os olhos às questões da região Amazônica, propõe-se neste artigo analisar um dos projetos da região, financiado pelo “Fundo Amazônia”, o projeto “Sementes do Portal”, do Instituto Ouro Verde, localizado no município de Alta Floresta, no estado brasileiro do Mato Grosso.

Por meio do Decreto no 6.527, de 1º de agosto de 2008, foi autorizada pelo Presidente da República Federativa do Brasil a criação do “Fundo Amazônia”¹. Este Fundo tem como principal parceiro o Governo da Noruega, seu principal depositário. A finalidade do Fundo Amazônia é captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao

¹ Disponível em <<http://www.fundoamazonia.org.br>>. Acesso em 28 mar 2013.

desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no bioma amazônico, apoiando projetos nestas áreas. A gestão operacional do Fundo Amazônia foi confiada ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Os projetos destinados a receber recursos do Fundo Amazônia podem ser apresentados por meio de um “Plano de Projetos ou Roteiro de Informações”, segundo modelo disponibilizado no site do Fundo Amazônia, por instituições públicas, por empresas públicas e por organizações da sociedade civil. Os recursos para o desenvolvimento dos projetos são repassados às instituições proponentes, respeitando as normas operacionais do Fundo Amazônia.

Este estudo não tem por objetivo julgar o projeto “Sementes do Portal”, mas sim, avaliá-lo como forma de analisar a sua concepção e desenvolvimento, sob a abordagem dos seus indicadores de avaliação. Assim, pretende-se uma avaliação crítica do projeto considerando a missão do Fundo Amazônia, os objetivos do projeto em estudo, os resultados alcançados na data da avaliação e as perspectivas futuras.

2. O Projeto “Sementes do Portal”

O projeto “Sementes do Portal” iniciou-se como uma proposta submetida ao “Fundo Amazônia” pelo Instituto Ouro Verde, instituição proponente do projeto. As informações sobre o projeto podem ser vistas em completude no “Plano de Projeto ou Roteiro de Informações” documento que registra esta submissão e atende aos requisitos do Fundo Amazônia.

O projeto abrange, basicamente, sete municípios que compõem a região conhecida como Portal da Amazônia, no extremo norte de Mato Grosso: Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá. Seus beneficiários compõem-se por agricultores familiares e comunidade indígena Terene do estado do Mato Grosso.

O município de Alta Floresta está localizado no extremo norte do estado do Mato Grosso. Possui uma área de 8.973 km² e uma população de 49.140 habitantes. Alta Floresta foi incluída em 2008 na lista de municípios prioritários para ações de prevenção em controle ² do Ministério do Meio Ambiente.

O fato se deve ao avanço do desmatamento e da pecuária na região, uso

² Mais informações em <<http://www.mma.gov.br/informma/item/4588-lista-de-municipios-prioritarios-para-acoes-de-prevencao-e-controle>>. Acesso em 05 Abr. 2013.

³ Fonte: IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Disponível em <<http://www.ipam.org.br/download/livro/Indicadores-socioeconomicos-e-espaciais-dos-municipios-prioritarios-para-o-controle-do-desmatamento-no-Estado-do-Para/240>> Acesso em 20 Mai 2013.

inadequado da terra e abandono das áreas. A cidade apresenta uma área desmatada de 4.785 km², correspondendo a 53% da área total do município³.

O desmatamento comprometeu áreas de preservação permanente, com graves danos aos serviços ambientais prestados, especialmente no que se refere aos recursos hídricos, concentração de renda e de terras e fragilidade econômica e social de toda a região. Nos assentamentos rurais, segundo o Instituto Ouro Verde⁴, os agricultores não contaram ainda com apoio técnico e de crédito que os possibilitasse adotar práticas agrícolas mais adequadas à região e que também lhes ensinasse a valorizar e manejar os recursos florestais. Estes agricultores convivem com a desarticulação social, a pressão de venda das terras pelos grandes fazendeiros e o desconhecimento de alternativas econômicas sustentáveis.

O objetivo geral do projeto Sementes do Portal é a criação de um sistema participativo de apoio à recuperação ambiental no Portal da Amazônia, criando uma estrutura em rede que permita a implantação de sistemas agroflorestais nas comunidades rurais, envolvendo a recuperação de 1.200 hectares de áreas degradadas em seis municípios.

Os objetivos específicos do projeto estão classificados em cinco principais: (1) Fortalecimento das associações no processo de gestão ambiental, com a estruturação de um Plano de Gestão Ambiental para cada comunidade de forma participativa; (2) Estruturação de uma base de serviços ambientais para apoio técnico objetivando o licenciamento ambiental de pequenas propriedades no Portal da Amazônia; (3) Recuperação de 600 hectares em áreas de nascentes e matas ciliares e de 600 hectares em áreas de reserva legal, totalizando 1.200 hectares, utilizando como base sistemas agroflorestais; (4) Formação de uma rede de apoio à produção e a recuperação ambiental no Portal da Amazônia envolvendo as comunidades rurais e a comunidade indígena Terena, formando ao menos 25 “agricultores técnicos” no território; (5) Criação de sistema de comunicação envolvendo todos os grupos, de forma a garantir a socialização de informações e a coesão das ações bem como divulgação de todas as tecnologias e ações do projeto.

O projeto Sementes do Portal pretende recuperar as áreas degradadas por meio da estruturação das bases sociais e tecnológicas que possibilitem aos agricultores familiares envolvidos continuar por conta própria o processo de recuperação ambiental.

O mecanismo de intervenção que se propõe é a utilização de Sistemas Agroflorestais (SAFs) para promover a recuperação ambiental das áreas degradadas e buscar adequar as propriedades à legislação ambiental; proteger e

⁴ Disponível em <<http://www.ouroverde.org.br>>. Acesso em 28 de março de 2013.

valorizar os serviços ambientais prestados por essas áreas, em especial a manutenção dos cursos d'água; desenvolver uma alternativa econômica de atividade na propriedade; e fortalecer a segurança alimentar das famílias.

No longo prazo, o projeto busca fortalecer outro modo de relação dos agricultores com a terra, por meio da valorização da floresta, da introdução de conceitos e técnicas como a muvuca (técnica de implantação de agroflorestas por meio do plantio conjunto e do manejo de várias espécies de sementes florestais e agrícolas) e da discussão da necessidade de práticas nocivas ao meio ambiente, como a queimada e o uso intensivo de pesticidas e fertilizantes.

De forma complementar, o projeto também visa fomentar a coleta de sementes nativas como uma alternativa econômica importante na região, dentro de práticas e parâmetros ambientais adequados à reprodução sustentável dos recursos florestais, minimizando os impactos causados pela atividade. Isso se dará por meio da implantação de “casas de semente” e do fortalecimento de uma rede de coletores que compartilhem conhecimento técnico e tradicional sobre o assunto. A participação da etnia Terena nessa atividade será, de acordo com o Instituto Ouro Verde, de fundamental importância, já que sua área é bastante preservada e mantém muitas espécies florestais difíceis de serem encontradas na região.

O Instituto Ouro Verde espera como resultado do projeto 1.200 hectares de áreas degradadas entre APPs e reserva legal recuperados; e a criação de rede de coleta, armazenamento e distribuição de sementes implantados.

3. A Instituição Proponente: O Instituto Ouro Verde

O Instituto Ouro Verde (IOV), instituição proponente do projeto “Sementes do Portal” ao Fundo Amazônia, é uma organização não governamental fundada em 1999⁵, a partir de discussões realizadas por estudantes e professores da Universidade de São Paulo, dos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia, que sentiam a necessidade de estruturar uma organização capaz de atuar mais próxima aos grupos populares, em especial, junto a agricultores familiares. Iniciou sua ação efetiva no ano de 2000, no município de Pirassununga, interior de São Paulo.

De acordo com o Instituto Ouro Verde, a partir da experiência bem-sucedida dos primeiros trabalhos, os membros do Instituto, ainda restritos a um perfil técnico, iniciaram uma séria de capacitações voltadas a técnicos, profissionais e lideranças ligadas à agricultura familiar por todo o país, inclusive na região Norte de Mato Grosso. A partir destas capacitações, iniciaram-se as ações práticas na região

⁵ Disponível em <<http://www.ouoverde.org.br>>. Acesso em 28 mar 2013.

conhecida como Portal da Amazônia. No ano de 2004 e 2005 o IOV estruturou uma base de apoio nessa região e começou a desenvolver trabalhos diretamente com comunidades rurais locais.

Nos anos de 2006 a 2009 o IOV consolidou-se na região do Portal da Amazônia, transferindo sua sede para o município de Alta Floresta e focando suas ações nos municípios dessa região.

O Instituto Ouro Verde possui um Centro de Apoio Técnico e Núcleos de Base. O Centro de Apoio técnico localiza-se no município de Alta Floresta, na sede do Instituto. Seu papel é assessorar os núcleos de base e as instituições parceiras nas áreas de organização, meio ambiente, produção e comercialização. Os núcleos de base são compostos por grupos de agricultores familiares que atuam como articuladores e mobilizadores das ações do IOV em suas comunidades.

Constatou-se que mensalmente os núcleos de base realizam reuniões de avaliação e planejamento de ações. O Instituto reporta também que, anualmente, realiza avaliações gerais envolvendo todos os núcleos e as principais instituições parceiras. São definidas assim as prioridades para os próximos anos e reforçadas as parcerias institucionais.

A proposta “Sementes do Portal” nasceu, segundo o Instituto Ouro Verde, a partir dessas reuniões de avaliação, com a identificação da necessidade da criação de uma proposta articulada que envolvesse tanto os núcleos de base do Instituto quanto as comunidades articuladas diretamente pelas instituições parceiras. Para o presente trabalho, a pessoa que responde pelo projeto “Sementes do Portal” é o senhor Alexandre de Azevedo Olival, Diretor de Fomento do Instituto.

4. O Estágio Atual do Projeto

De acordo com o site do Fundo Amazônia, os valores estimados e prazo de execução do projeto Sementes do Portal são os seguintes:

Quadro 1 – Valores estimados e prazo de execução

Valor total do projeto	R\$ 5.433.450,00
Valor do apoio do Fundo Amazônia	R\$ 5.433.450,00
Prazo de execução	36 meses (a partir da data da contratação)

Quanto à evolução deste projeto, têm-se os seguintes prazos e valores desembolsados do Fundo Amazônia, pelo BNDES:

Quadro 2 – Evolução do Projeto

Data da aprovação	8.12.2009
Data da contratação	25.3.2010
1° desembolso em 7.5.2010	R\$ 654.750,00
2° desembolso em 11.11.2010	R\$ 680.000,00
3° desembolso em 10.5.2011	R\$ 755.900,00
4° desembolso em 18.11.2011	R\$ 1.267.167,86
5° desembolso em 20.8.2012	R\$ 1.580.467,86
6° desembolso em 22.3.2013	R\$ 485.164,28
Valor total desembolsado	R\$ 5.423.450,00
Valor total desembolsado em relação ao valor do apoio do Fundo Amazônia	99,8%

Assim, o projeto já se encontra em fase de conclusão, tendo recebido a quase totalidade do valor inicialmente proposto.

5. Análise do Projeto com Foco em Métricas

A análise foi dividida em três fases. A fase 1 visa a compreensão do tema da sustentabilidade e a sua relação com a Amazônia. A fase 2 pretende relacionar o tema da sustentabilidade com os indicadores propostos para o projeto “Sementes do Portal”, a fim de verificar a possibilidade de elaboração de métricas, por meio de um quadro de análise. A fase 3 visa verificar a opinião de entrevistados sobre o tema da sustentabilidade, os desafios da Amazônia, o projeto e a interface com o BNDES.

As considerações finais que serão efetuadas após a análise retratarão os resultados, desafios futuros e apontamentos do projeto. Serão feitas ainda colocações sobre o Fundo Amazônia quanto à sua estrutura e operação, com base no projeto estudado.

5.1. Fase 1 – A Sustentabilidade

O termo “desenvolvimento sustentável” surgiu em 1980 e foi consagrado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como “Comissão Brundtland”, que produziu um relatório considerado básico para a definição de “desenvolvimento sustentável” e dos princípios que lhe fundamentam. De acordo com o Relatório Brundtland – publicado em 1988 em português com o

título “Nosso Futuro Comum” – “desenvolvimento sustentável” é *“um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações futuras. (...) é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.”* (IBGE, 2012).

Carvalho e Barcellos (2010) apontam que o Relatório Brundtland trouxe também o enfoque de dimensões – ou elementos – que podem ser inúmeras, mas normalmente se restringem a três: econômica, social, ambiental (conhecidos como “os três pilares”) ou quatro – acrescentando a dimensão institucional.

John Elkington (1997) defende que o desempenho das organizações estabelecido em um tripé da sustentabilidade, ou seja, apoiado em prosperidade econômica, ambiental e social, seria efetivamente a base para um progresso real. Assim, Elkington (1997) sugere que a sustentabilidade pode ser um jogo onde $2+2=5$. Ou seja, uma performance eficiente nas ações entre parceiros, poderia garantir resultados finais melhores para a organização. Durante uma transição para práticas mais sustentáveis, as parcerias podem ser cruciais. Elas poderão ocorrer entre setores públicos e/ou privados, companhias e grupos que possuam os mesmos objetivos deste tripé da sustentabilidade.

O pilar econômico implica que não somente os retornos financeiros são capazes de caracterizar um projeto sustentável, mas se deve pensar em escassez de recursos naturais, serviços ambientais e substituições (CECHIN & VEIGA, 2010; ROMEIRO, 2010).

O pilar social considera aspectos de valorização da equidade social e justiça ambiental para com os membros da comunidade da economia local (SCHLARB & MUSNIKOW, 2003) além da autorrealização do trabalhador diante de sua atividade produtiva (SZNELWAR et. al., 2011), identificação de necessidades conjuntas, desenho participativo e engajamento da comunidade, com a finalidade de desenvolvimento produtivo local sustentável (SCHLARB & MUSNIKOW, 2003).

Quanto ao pilar ambiental, entende-se que a preservação dos recursos naturais deve ser fundamental. Além disso, algumas transformações efetuadas ao ambiente, quando destinadas a atender às premissas sustentáveis, não devem provocar desequilíbrio no ecossistema. (CECHIN & VEIGA, 2010; ROMEIRO, 2010).

O quarto pilar defendido, entre outros pesquisadores, por Viana (2013), apresenta-se como a dimensão Institucional (termo utilizado pelo Relatório Brundtland) ou “Governança”, termo mais recentemente adotado pela ONU e que

representa o 10º objetivo do Milênio⁶.

De acordo com a versão preliminar para consulta pública da “Agenda de Ação para o Desenvolvimento Sustentável”, da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN)⁷, a “boa governança” considera o papel dos diversos atores que participam nas decisões que promovem o desenvolvimento econômico do país, não se limitando apenas ao governo nacional. Estes atores incluem empresas sociais, líderes comunitários, organizações religiosas, universidades, centros de pesquisa, especialistas, governos e agentes não governamentais.

A SDSN entende que as quatro dimensões propostas fazem parte de uma visão holística que as sociedades devem adotar. Quando uma dessas áreas falha, o progresso das outras três pode ser afetado.

Cabe nesta etapa uma recordação dos objetivos centrais do Fundo Amazônia que abordam essas dimensões. De acordo com Adalberto Luís Val (2013), diretor do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), não se pode esquecer que esses objetivos sintetizam-se em dois principais: a redução do desmatamento e o desenvolvimento sustentável da Amazônia (“Alvo estratégico”). Os objetivos do Fundo Amazônia dividem-se ainda em quatro componentes, suas respectivas áreas temáticas e indicadores (Anexo 1).

5.2. Fase 2 – Sustentabilidade e Indicadores: Teoria e Prática

Carvalho e Barcellos (2010) impressionam ao dizer que “*a sustentabilidade é imensurável*”. O que os autores querem dizer, por meio de sua justificativa, é que a sustentabilidade não é sequer bem definida diante de suas múltiplas explicações, muito menos tem sido abordada por métricas ou estatísticas no país. Um indicador deve ser entendido como um parâmetro que fornece informações sobre o estado de um fenômeno com extensão significativa (VAN BELLEN, 2005). O bom indicador é aquele em que “*você pode confiar, é útil e não é muito caro*” (CARVALHO & BARCELLOS, 2010).

⁶ “A Declaração do Milênio e os Objetivos do Milênio (ODM) têm focado, de maneira bem sucedida, atenção mundial e ação na erradicação da pobreza extrema em todas as suas formas e redução da igualdade de gênero.” O documento conta com dez objetivos centrais e pode ser visto em sua versão preliminar no endereço eletrônico: <<http://http://unsdsn.org/>>. Acesso em 09 Mai 2013.

⁷ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2012.shtm>. Acesso em 10 Mai 2013.

O IBGE, em sua publicação “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – 2012”⁸, também desenvolveu seus indicadores. O modelo brasileiro desenvolve-se sobre as quatro dimensões da sustentabilidade e 16 grandes temas: **Dimensão Ambiental:** Atmosfera; Terra; Água doce; Oceanos, mares e áreas costeiras; Biodiversidade; Saneamento; **Dimensão Social:** População; Trabalho e rendimento; Saúde; Educação; Habitação; Segurança; **Dimensão Econômica:** Quadro econômico; Padrões de produção e consumo; **Dimensão Institucional:** Quadro institucional; Capacidade institucional.

Os indicadores propostos pelo Instituto Ouro Verde para o projeto Sementes do Portal são considerados Indicadores de Acompanhamento (ou Processo) e Indicadores de Eficácia, Eficiência e Efetividade das ações:

Os principais indicadores de acompanhamento são:

- Indicador A (IA) **Número de conselhos formados, número de conselheiros envolvidos, perfil dos conselheiros e Planos de Gestão Ambiental construídos:** este conjunto de indicadores pretende dar a dimensão das pessoas envolvidas na gestão do projeto bem como do principal instrumento de planejamento das ações de recuperação ambiental, o plano de gestão.
- Indicador B (IB) **Número de técnicos e de projetos de licenciamento elaborados:** estes indicadores dizem respeito ao trabalho da base de serviços ambientais e pretendem dar a dimensão da importância desta base para a regularização das pequenas propriedades do Portal da Amazônia.
- Indicador C (IC) **Área protegida e número de famílias envolvidas:** são indicadores da efetividade e da eficácia do projeto. O grande objetivo é a recuperação de 1.200 hectares espalhados em diversas propriedades da região.
- Indicador D (ID) **Número de jovens e de agricultores envolvidos nas ações de capacitação:** um dos componentes mais importantes do projeto é o elemento de formação e capacitação. De fato, será este o componente que permitirá a sustentabilidade das ações ao longo do tempo. Assim, é importante monitorar o número e o perfil das pessoas envolvidas em tais ações.

⁸ IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – 2012. Disponível em <ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/indicadores_desenvolvimento_sustentavel/2012/ids2012.pdf>. Acesso em 03 Jun 2013.

- Indicador E (IE) **Materiais de comunicação elaborados**: fazem parte da estratégia de divulgação e socialização de informações.
- Os outros indicadores, de eficácia, eficiência e efetividade das ações propostas, são coletados mensalmente e sistematizados anualmente.
- Indicador F (IF) **Renda gerada a partir das áreas com os SAFs**: indicador econômico que será levantado a partir do monitoramento de uma amostra de propriedades em cada município envolvido. Pretende esclarecer sobre o custo – benefício da proposta independentemente do mercado de carbono. O indicador será apresentado como R\$/ hectare e R\$/ Ton. de Carbono.
- Indicador G (IG) **Taxa de abandono ou migração**: indicador social que pretende demonstrar o número de famílias que, por algum motivo específico, abandonaram o projeto ou mudaram para outra localidade. Pretende-se com isso avaliar a capacidade das ações em diminuir o processo de êxodo rural atualmente observado em toda a região. O indicador será apresentado como % da variação populacional no período.
- Indicador H (IH) **Número de espécies utilizadas nos projetos de recuperação**: indicador que dará a dimensão ambiental do projeto. O indicador será apresentado como Número de espécies/ hectare e Número de espécies/ Ton. de Carbono.

Analisando os indicadores sob os aspectos dos objetivos específicos, problema-foco e ações planejadas é possível relacioná-los.

Posteriormente, é possível identificar o objetivo e as ações efetivamente tomadas pelo Instituto Ouro Verde, indicando a fonte na qual a informação foi disponibilizada e identificando as dimensões de sustentabilidade às quais as ações se relacionam.

Estes quadros (Anexo II e Anexo III) permitem a visualização das ações do projeto em função dos objetivos centrais do Fundo Amazônia, de redução do desmatamento e promoção da sustentabilidade da região.

5.3. Fase 3 – Análise do projeto e sua relação com o BNDES – as entrevistas

A entrevista realizada com Alexandre de Azevedo Olival, Diretor de Fomento do Instituto Ouro Verde, tratou dos temas: Concepção do projeto, execução do projeto, avaliação de sustentabilidade, Replicação de resultados e Interface com o BNDES. Já a entrevista com Emerson Luiz Servello, Analista Ambiental do Ibama na

unidade de Alta Floresta/MT, aborda a avaliação do projeto “Sementes do Portal” por uma Instituição externa e engloba os temas de avaliação de resultados de desenvolvimento territorial sustentável, avaliação de resultados do projeto, avaliação de governança e avaliação de possibilidades futuras.

Alexandre Olival afirma que o projeto “Sementes do Portal” nasceu como uma necessidade da Região e não foi criado para o Fundo Amazônia. O planejamento foi adaptado ao modelo proposto para o Fundo sem grandes dificuldades do Instituto Ouro Verde. A meta de 1200 hectares de áreas recuperadas foi ultrapassada e está em torno de 1300 hectares.

Olival coloca que a agricultura camponesa é uma possibilidade de desenvolvimento para o município de Alta Floresta que perde seu espaço para a grande produção e que este é provavelmente o grande desafio a ser superado ainda. Outro ponto importante é o destaque à relação do Instituto com a comunidade local que, para Olival, deveria ser replicado para outros projetos como uma ação bem-sucedida. Mais do que replicar metodologias, há de se pensar primeiro na história e nos mecanismos de articulação com as comunidades rurais.

O entrevistado aponta, ainda, sobre a interface com o BNDES, que o Instituto Ouro Verde não teve problemas com a aplicação de recursos e a prestação de contas com o BNDES, mas, por outro lado, acredita que a falta de experiência do BNDES ao lidar com organizações de pequeno porte, além de muitas exigências burocráticas, dificulta bastante o trabalho.

Por sua vez, Emerson Luiz Servello afirma que o projeto “Sementes do Portal” é conhecido pelo Ibama e há um acompanhamento do desenvolvimento das atividades. De acordo com ele, visualiza-se uma consciência ambiental crescente nas comunidades suportadas pelo o projeto.

Como desafios, há a questão da comunidade indígena, que precisa receber um grande cuidado diante das leis presentes na Constituição Brasileira. A regularização de propriedades, a adoção de espécies nativas nas agroflorestas e o manejo agroflorestal comunitário com mais engajamento são pontos que, na opinião de Servello, enriqueceriam o projeto.

Servello coloca ainda que um ponto crítico da região está na proteção dos cursos d’água, que merecem atenção pelo grau de depreciação em que se encontram. Acredita que o Fundo Amazônia deve investir em alternativas de mercado, estimulando a comercialização de produtos provenientes de propriedades sustentáveis. Projetos estes que, com o apoio da comunidade, fortaleceriam associações e viabilizariam o fluxo do produto.

Mais otimista do que Olival, Servello afirma que a replicação de projetos como o “Sementes do Portal” e o manejo das sementes, podem ser realizados em outras

regiões da Amazônia. Para Servello, *“a importância de projetos como o projeto ‘Sementes do Portal’ está no resgate da agricultura familiar e em propor alternativas econômicas sustentáveis. É dar uma nova visão para o uso econômico da propriedade, apresentando uma visão de mercado desconhecida.”*

6. Recomendações para o Projeto Estudado e seus Desafios

Conclui-se que um ponto muito importante verificado no projeto “Sementes do Portal” é a prévia definição de indicadores realizado pelo Instituto Ouro Verde. Tal geração de indicadores torna possível o estabelecimento de métricas pelos responsáveis do Instituto Ouro Verde. Os indicadores englobam as quatro dimensões da sustentabilidade e fornecem relatórios periódicos que demonstram os resultados obtidos pelo projeto. Cabe dizer que alguns destes indicadores, por si, não estão medindo efetivamente a ação proposta, mas se relacionam a esta ação sendo, portanto, proposta a elaboração de métricas que meçam as ações planejadas e tomadas a partir dos indicadores. Uma primeira tentativa de associação dos oito indicadores a cada ação demonstrou que eles estão, em sua maioria, associados a mais de uma ação, o que dificulta a medição (Anexo II). O quadro elaborado pela autora poderia funcionar como uma sugestão prévia que geraria a concepção de métricas associadas às ações previstas.

No entanto, na tentativa de associação das ações tomadas com as dimensões principais de sustentabilidade nas quais se enquadram essas ações (Anexo III), pode-se verificar que todas as dimensões são contempladas e as fontes disponibilizadas contam com relatórios que medem efetivamente estas ações. As fontes estão abertamente disponíveis no site do Instituto Ouro Verde e no site do projeto “Sementes do Portal”⁹ e os relatórios contam com métricas e dados sobre a execução do projeto. Assim, embora em um momento inicial o Instituto não tenha exposto as métricas, ele não deixa de fazê-lo ao longo da execução do projeto.

Outras considerações gerais, além das colocações pontuais já feitas, é a de que o Projeto Sementes do Portal efetivamente cumpre as exigências do Fundo Amazônia, bem como estabelece indicadores que não somente abordam os problemas de desmatamento e sustentabilidade locais, como transcendem as exigências do Fundo e são controlados e geridos pelo Instituto Ouro Verde. O projeto é transparente e as informações são amplamente divulgadas pelo IOV. Nota-se que os indicadores utilizados são específicos para este projeto. Há a dificuldade de se criar indicadores globais de projetos, mas alinhá-los aos objetivos de

⁹ Disponível em <<http://www.sementesdoportal.com.br/>>. Acesso em 12 mai 2013.

desenvolvimento sustentável pode ser um caminho.

De acordo com o Ibama, como se nota na percepção do entrevistado representante dessa instituição, o projeto aborda as necessidades locais. Segundo a teoria, também as ações tomadas se comportam de acordo com as práticas sustentáveis e apenas a questão indígena deve ser destacada e um cuidado maior precisa ser demandado a este ponto devido à legislação brasileira.

Granovetter (1985) afirma que a ação econômica está “enraizada” em relações sociais (*Social Embeddedness*) que condicionam o comportamento dos atores econômicos. De uma perspectiva semelhante e adaptada a projetos pode-se dizer que o pilar econômico de desenvolvimento sustentável depende de ações sociais preferencialmente de acordo com as “raízes” da população local, o que vem acontecendo na região, daí o destaque para as ações com a comunidade que podem ser até mesmo expandidas.

Tal opinião corrobora com a de Marcovitch (2011), segundo a qual a sustentabilidade da Amazônia é “*indissociável do crescimento econômico e correspondente evolução nos padrões de bem-estar coletivo*”.

A concepção, estruturação e execução do projeto, ocorreram de forma organizada, tal como leva a crer que é a própria Instituição. A gestão e estabelecimento prévio de indicadores facilitaram a avaliação que o Instituto fez periodicamente do projeto.

A perspectiva futura, programada como objetivo em longo prazo do projeto está amplamente ligada à educação e a ensinar os agricultores a “continuarem por si” as ações que foram realizadas com o auxílio do Instituto.

A verificação na redução do desmatamento na região pode ser outro ponto que fortalece a ideia de que o projeto surte efeito. No entanto, desde 2004, segundo o IPAM o desmatamento vem caindo no município de Alta Floresta, bem como o PIB vem aumentando, uma pequena redução na atividade agropecuária vem sendo notada e a atividade madeireira também vem sendo reduzida. Medidas correlacionadas precisariam ser feitas para se descobrir se o projeto está influenciando nesses aspectos.

7. Recomendações e Considerações Finais sobre o Fundo Amazônia

A aparente “burocracia exacerbada” por parte do BNDES na seleção de projetos para o Fundo Amazônia, reflete as condições de trabalho de um banco que possui uma responsabilidade pelo Fundo que lhe foi confiada. No caso do presente estudo, o próprio representante do IOV acredita que não houve grandes problemas ao atender às exigências.

Considera-se ainda que o desenvolvimento sustentável, por sua definição, já inclui o desmatamento ao menos em uma das quatro dimensões, a ambiental. Portanto, os projetos selecionados pelo BNDES precisam atender às premissas da sustentabilidade, não somente sendo periféricos à proposta, mas realmente devem manter o foco. Atender às quatro dimensões pode ser o ponto de partida para a seleção de um projeto pelo Fundo Amazônia.

Alguns projetos podem ser periféricos aos objetivos centrais do Fundo Amazônia e precisam de criteriosa avaliação no momento da seleção. Da mesma forma seria interessante que os projetos fossem originais e se propusessem a dar soluções concretas para o problema, que não fossem “pequenas” ou temporárias. Desta forma, métricas poderiam ser estabelecidas a partir das ações e avaliadas de acordo com níveis de contribuição para o desenvolvimento sustentável (muito, pouco etc.).

Projetos menores poderiam servir de modelo para projetos maiores. Tais projetos “pequenos” poderiam ser testados e posteriormente copiados por outros. A seleção de projetos que concebessem tal aplicação de variação de escala também poderia ser um requisito do Fundo Amazônia. Os desafios da Amazônia, como exposto neste trabalho, são desafios de grandes escalas. As questões culturais e educacionais podem ser a base que faria com que a população local levasse adiante projetos e ideias sustentáveis.

8. Referências Bibliográficas

- AMATO NETO, João. (org.) **Sustentabilidade e produção: teoria e prática para uma gestão sustentável**. São Paulo: Atlas, 2011.
- BELLEN, H. M. van. **Indicadores de sustentabilidade. Uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- CECHIN, A.; VEIGA, J. E.. **O fundamento central da economia ecológica**. In: MAY, Peter H. (org.) *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2010.
- CAPOBIANCO, João Paulo. **“A Gênese do Fundo Amazônia”**. São Paulo: USP, 20 Mar, 2013. Palestra ministrada aos alunos e professores da FEA/USP.
- CARVALHO, Paulo G. M.; BARCELLOS, Frederico C. **Mensurando a sustentabilidade**. In: MAY, Peter H. (org.) *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2010.
- ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: The Tripple Bottom Line of 21st Century Business**. Oxford: Capstone Publishing, 1997.
- FEARNSIDE, Philip M. **A Floresta Amazônica nas Mudanças Climáticas**. Manaus: INPA, 2003.
- FUNDO AMAZÔNIA. Disponível em <<http://www.fundoamazonia.gov.br>>. Acesso em

28 Mar 2013.

- GRANOVETTER, M. **Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness**. American Journal of Sociology, Volume 91, Issue 3, Nov. 1985, 481-510.
- IBGE. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - Brasil 2012**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2012.shtm>. Acesso em 03 Jun 2013.
- INSTITUTO OURO VERDE. **Roteiro de Informações para Consulta Prévia**. Disponível em <<http://www.ouroverde.org.br>>. Acesso em 28 Mar 2013.
- IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Disponível em <<http://www.ipam.org.br/download/livro/Indicadores-socioeconomicos-e-espaciais-dos-municipios-prioritarios-para-o-controle-do-desmatamento-no-Estado-do-Para/240>> Acesso em 20 Mai 2013.
- MARCOVITCH, J. **A gestão da Amazônia: ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas**. São Paulo: Edusp: 2011.
- _____. **Para mudar o futuro: mudanças climáticas, políticas públicas e estratégias empresariais**. São Paulo: Edusp/Saraiva, 2006.
- MARINO, Eduardo. **Diretrizes para avaliação de projetos e programas de investimento social privado**: Estudo da aplicabilidade dos *Standards de Avaliação de Programas* definidos pelo *The Joint Committee of Standards for Educational Evaluation* em programas e projetos de investimento social privado. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- ROMEIRO, Ademar R. **Economia ou economia política da sustentabilidade**. In: MAY, Peter H. (org.) *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2010.
- SCHLARB, Mary; MUSNIKOW, Judy. **Community Engagement in Eco Industrial Development**. In: COHEN-ROSENTHAL, Edward. *Eco-industrial Strategies: Unleashing synergy between economic development and the environment*. Austin: Greenleaf Publishing, 2003.
- SDSN. Disponível em <<http://unsdsn.org/>>. Acesso em 09 Mai 2013.
- Sementes do Portal. Disponível em <<http://www.sementesdoportal.com.br/>>. Acesso em 12 Mai 2013.
- SMERALDI, Roberto. Palestra sobre a obra ‘**O Novo Manual De Negócios Sustentáveis**’, deste autor. São Paulo: USP, 24 Abr, 2013. Palestra ministrada aos alunos e professores da FEA/USP.
- SZNELWAR, Laerte I.; BRUNORO, Claudio M.; BOLIS, Ivan; HIDANI, Pamela. **Produção, Sustentabilidade e Trabalho: reflexões baseadas na ergonomia e na psicodinâmica do trabalho**. In: *Sustentabilidade e produção: teoria e prática para uma gestão sustentável*. São Paulo: Atlas, 2011.
- VAL, Adalberto L. **“Amazônia: Área de Interesse Nacional”**. São Paulo: USP, 08

Mai, 2013. Palestra ministrada aos alunos e professores da FEA/USP.
VIANA, Virgílio. **“O financiamento do desflorestamento evitado na Amazônia”**.
São Paulo: USP, 08 mai, 2013. Palestra ministrada aos alunos e professores
da FEA/USP.

Anexo I – Alvo estratégico, objetivos, áreas e indicadores do Fundo Amazônia

LÓGICA DE INTERVENÇÃO				
ALVO ESTRATÉGICO	Redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Região Amazônica			
OBJETIVO	Componente 1 Atividades que mantêm a floresta em pé têm atratividade econômica no Bioma Amazônia	Componente 2 Ações governamentais asseguram a adequação das atividades antrópicas à legislação ambiental	Componente 3 Área do Bioma Amazônia está ordenada territorialmente	Componente 4 Atividades de ciência, tecnologia e inovação contribuem para a recuperação, conservação e uso sustentável do Bioma Amazônia.
ÁREAS TEMÁTICAS CORRESPONDENTES DO DECRETO 6.527/2008	Manejo Florestal Sustentável Atividades Econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da Floresta Conservação e uso sustentável da biodiversidade Recuperação de áreas desmatadas	Controle, monitoramento e fiscalização ambiental	Gestão de florestas públicas e áreas protegidas. Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária.	Gestão de florestas públicas e áreas Protegidas. Controle, monitoramento e fiscalização ambiental. Manejo Florestal Sustentável. Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da floresta. Zoneamento Ecológico e Econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária. Conservação e uso sustentável da biodiversidade. Recuperação de áreas desmatadas
INDICADORES	<ul style="list-style-type: none"> - Receita obtida com atividades econômicas de uso Sustentável - Número de indivíduos capacitados - Área reflorestada - Área recuperada e utilizada para fins econômicos 	<ul style="list-style-type: none"> - Volume de recursos aplicados pelas Instituições de monitoramento, controle e responsabilização ambiental - Número de servidores capacitados - Área monitorada em outros biomas brasileiros e outros países tropicais - Número de propriedades com mapeamento georreferenciado realizado aptas para fins de Cadastramento Ambiental Rural (CAR) - Número de propriedades que tiveram o seu pedido de adesão ao CAR protocolado 	<ul style="list-style-type: none"> - Área de florestas públicas e áreas protegidas implantadas - Área de florestas públicas e terras protegidas com gestão Consolidadas - Número de indivíduos capacitados em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas - Área de propriedades rurais com situação fundiária regular - Área de propriedades rurais com processo iniciado de regularização fundiária - Áreas de terras com organização do território definida através do ZEE 	<ul style="list-style-type: none"> - Número de patentes solicitadas ou depositadas - Número de teses e artigos científicos publicados - Número de publicações pedagógicas ou Informativas - Valor investido em infraestrutura de PD&I - Número de pesquisadores e técnicos envolvidos nas atividades de PD&I fixados na região - Número de indivíduos das comunidades Capacitados - Número de eventos integradores (seminários e fóruns) - Número de redes apoiadas

Fonte: Adaptado de “Quadro Lógico do Fundo Amazônia”. Disponível em <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Publicacoes/Quadro_Lxgico_-_VERSxO-06-10-10-Internet.pdf>. Acesso em 11 Jun 2013.

Anexo II – Objetivos, problemas, ações e indicadores do projeto “Sementes do Portal”

Objetivo	Problema Relacionado	Ações Planejadas	Indicadores que podem ser relacionados a estas ações
1. Fortalecimento das associações no processo de gestão ambiental, com a estruturação de um Plano de Gestão Ambiental para cada comunidade de forma participativa	Fragilidade das associações, levando a desarticulação social e dificuldade de trabalho coletivo nas comunidades rurais.	Implantação e funcionamento do sistema de gestão ambiental participativa, com a estruturação dos Planos de Gestão Ambiental.	IA, IB, IC, ID, IF, IG
2. Estruturação de uma base de serviços ambientais para apoio técnico objetivando o licenciamento ambiental de pequenas propriedades no Portal da Amazônia.	1. Falta de apoio técnico para a elaboração de projetos de recuperação ambiental e falta de exemplos práticos de conciliação de técnicas de recuperação do meio ambiental e geração de renda. 2. Dificuldade dos pequenos proprietários, em especial agricultores familiares e assentados, em obter o licenciamento ambiental devido aos custos envolvidos.	Estruturação da base de serviços ambientais para o Portal da Amazônia.	IA, IB, IC, ID, IG
3. Recuperação de 600 hectares em áreas de nascentes e matas ciliares e de 600 hectares em áreas de reserva legal, totalizando 1.200 hectares, utilizando como base sistemas agroflorestais.	1. Degradação de nascentes e matas ciliares, com diminuição dos cursos de água. 2. Integração das comunidades indígenas, em especial a comunidade Terena, na dinâmica de desenvolvimento do território.	Estruturação de projetos de recuperação de nascentes e matas ciliares para as comunidades envolvidas.	IA, IB, IC, IH
4. Formação de uma rede de apoio à produção e a recuperação ambiental no Portal da Amazônia, envolvendo as comunidades rurais e a comunidade indígena Terena, formando, ao menos, 25 “agricultores técnicos” no território.	Falta de apoio técnico para a elaboração de projetos de recuperação ambiental e falta de exemplos práticos de conciliação de técnicas de recuperação do meio ambiental e geração de renda.	Programa de formação para jovens e agricultores/agricultoras no território Portal da Amazônia.	IA, IB, IC, ID, IF
5. Criação de sistema de comunicação envolvendo todos os grupos, de forma garantir a socialização de informações e a coesão das ações bem como a divulgação de todas as tecnologias e ações do projeto.	1. Degradação de nascentes e matas ciliares, com diminuição dos cursos de água. 2. Falta de apoio técnico para a elaboração de projetos de recuperação ambiental e falta de exemplos práticos de conciliação de técnicas de recuperação do meio ambiente e geração de renda. 3. Dificuldade dos pequenos proprietários, em especial agricultores familiares e assentados, em obter o licenciamento ambiental devido aos custos envolvidos. 4. Fragilidade das associações, levando a desarticulação social e dificuldade de trabalho coletivo nas comunidades rurais.	Elaboração de materiais de comunicação.	IA, IB, IC, ID, IE, IG

Fonte: Elaborado pela autora. Informações extraídas de Roteiro de Informações para Consulta Prévia. Disponível em <<http://www.ouoverde.org.br>>. Acesso em 28 Mar2013.

Anexo III – Objetivos, ações tomadas, fonte e dimensões do projeto “Sementes do Portal”

Objetivo	Ações Tomadas	Fontes – Onde encontrar as ações	Dimensões principais nas quais se enquadram estas ações
1. Fortalecimento das associações no processo de gestão ambiental, com a estruturação de um Plano de Gestão Ambiental para cada comunidade de forma participativa	a) Reuniões para definição dos conselhos gestores b) Oficina sobre metodologias participativas para conselheiros c) Realização do diagnóstico participativo d) Realização do planejamento inicial e) Reuniões dos conselhos gestores f) Reuniões do conselho geral g) Coordenação das atividades h) Reuniões anuais de avaliação e planejamento.	a) Relatórios de Reuniões da Coordenação b) Relatórios de Atividades e Oficinas: “Reuniões de apresentação do Projeto”, “Intercâmbio sobre sementes”, “Encontro de Avaliação”, “Oficina de Alinhamento Conceitual”, “Oficina de Diagnóstico Participativo”, “Oficina sobre Instalação do sistema de Agroflorestas”, “Relatório de Participação”, outros relatórios de Intercâmbios.	Ambiental, Governança Social,
2. Estruturação de uma base de serviços ambientais para apoio técnico objetivando o licenciamento ambiental de pequenas propriedades no Portal da Amazônia.	a) Contratação e capacitação inicial dos técnicos b) Apoio técnico as comunidades para elaboração dos projetos de recuperação e regularização ambiental.	a) Relatórios de Atividades e Oficinas	Ambiental, Governança Social,
3. Recuperação de 600 hectares em áreas de nascentes e matas ciliares e de 600 hectares em áreas de reserva legal, totalizando 1.200 hectares, utilizando como base sistemas agroflorestais.	a) Recuperação de 600 hectares de Áreas de Proteção Permanente (APPs) b) Recuperação de 600 hectares de áreas em reservas legais c) Formação da rede de sementes no Portal da Amazônia.	a) Relatórios dos encontros da “Rede de Sementes”	Ambiental, Econômico Social,
4. Formação de uma rede de apoio à produção e a recuperação ambiental no Portal da Amazônia, envolvendo as comunidades rurais e a comunidade indígena Terena, formando, ao menos, 25 “agricultores técnicos” no território.	a) Curso de formação de jovens	a) Relatórios do Curso de formação de Jovens	Ambiental, Econômico, Social,
5. Criação de sistema de comunicação envolvendo todos os grupos, de forma garantir a socialização de informações e a coesão das ações bem como a divulgação de todas as tecnologias e ações do projeto.	a) Página na internet b) Cadernos de experiência c) Vídeo d) Jornais comunitários	a) Jornal “Muvucando” b) Página na Internet (Site, Facebook)	Ambiental, Social

Fonte: Elaborado pela autora. Informações extraídas de Roteiro de Informações para Consulta Prévia. Disponível em <<http://www.ouroverde.org.br>>. Acesso em 28 Mar 2013.